

A cara paz com o Congresso

Quem acompanhou com atenção o noticiário dos jornais e viu os sorrisos beatíficos dos líderes dos partidos governistas à saída do almoço com o presidente da República, na quinta-feira, certamente percebeu que começara a mudar radicalmente o tom das relações entre Executivo e Congresso. Essas relações estavam assaz abaladas por conta das votações realizadas na Câmara durante a visita do presidente Fernando Collor ao Japão.

Não se deve criticar o desarmamento de espíritos entre o Executivo e o Legislativo num regime democrático no qual o Congresso tem suas prerrogativas constitucionais. É o caso do Brasil. Da mesma forma, não convém condenar demonstrações de humildade de parte a parte, todas elas capazes de atenuar o clima revanchista do lado dos parlamentares e certa arrogância imperial do presidente, em benefício de uma tramitação mais fácil dos projetos do Executivo.

Não se pode admitir, porém, o pagamento de nenhum preço por essa trégua acertada entre as partes. Um episódio isolado da reunião entre o presidente da República e os líderes das bancadas dos partidos aliados, PDS, PFL, PTB e PRN, dá, por si só, exemplo cabal desse tipo de ônus. Trata-se do pedido feito pelo líder do PRN, o paulista Arnaldo Faria de Sá, para que seja reconsiderada a demissão do filho de um deputado do PMDB, afastado do quadro funcional de uma empresa estatal vinculada ao

Ministério da Agricultura. O parlamentar não é aliado do governo e, sim, opositor, mas o líder do PRN considerou a demissão do filho dele um obstáculo ao “trânsito legislativo”. De acordo com Faria de Sá, Fernando Collor o autorizou a resolver o problema.

Trata-se de um episódio menor, uma gota d'água num oceano de problemas chamado Brasil. Na prática, contudo, o presidente pode ter aberto mão de um princípio importante, ao autorizar o deputado a “resolver o problema”. A ser verdadeiro, o episódio mostra a real natureza do custo da paz do Planalto com o Congresso: o acordo não está sendo firmado em torno de idéias, princípios e planos, mas sim levando em consideração as velhas reivindicações fisiológicas dos políticos profissionais em nome do “trânsito”.

Um episódio maior — e mais oneroso ao Erário — pode ilustrar, à perfeição, o risco de a trégua entre o presidente e o Poder Legislativo estar custando alto demais para o contribuinte. Trata-se da decisão presidencial de mandar estudar a possibilidade de fazer ressurgir das cinzas os fundos de incentivos fiscais de desenvolvimento do Norte e do Nordeste do País — os tristemente famosos Finor e Finam.

Tudo, no caso, é nocivo à imagem de austeridade e de renovação de costumes prometida



vidosa.

A única razão para o reestudo do problema é o aliciamento das bancadas do Norte e do Nordeste do País, que, por um truque matemático aplicado a um regime representativo pretensamente justo, continuam sendo maiores que as dos Estados do Sudeste e do Sul, com população e eleitorado mais numerosos. Ou seja, o governo federal admite a possibilidade de trocar o apoio dos parlamentares nortistas e nordestinos pelo atendimento a uma reivindicação que fere frontalmente critérios mínimos de racionalidade.

É preciso acrescentar que o Finor e o Finam ressuscitados atenderão apenas aos interesses dos políticos nortistas e nordestinos. Nenhum de seus defensores será capaz de apresentar um único fato contra a evidência avassaladora de que, durante a vigência desse tipo de incentivo

ao desenvolvimento regional, a população do Norte e Nordeste do Brasil se empobreceu e ficou ainda mais abandonada à própria e exígua sorte. Basta ver os últimos dados do IBGE. É trágico observar, agora, que a miséria ainda maior de nortistas e nordestinos continua servindo de mercadoria na barganha de que tiram proveito muitos políticos. Por isso mesmo, eles estão cada dia menos interessados na procura de uma solução séria e racional para o problema da estagnação econômica daquelas regiões do País.

O Brasil moderno, que tenta produzir o suficiente para chegar à condição de nação do Primeiro Mundo, elegeu o candidato Fernando Collor justamente para combater esse tipo de política de barganha com a classe política, exemplo do Brasil velho. A vontade política da maioria da sociedade brasileira, manifestada nos dois turnos da eleição presidencial, aprovou um programa administrativo modernizante, incompatível com as barganhas fisiológicas e a utilização de incentivos fiscais como forma de aliciar bancadas.

O presidente da República tem o direito e até a obrigação de negociar com o Congresso as políticas de seu governo, mas não pode submeter esse entendimento a transações subalternas com aliados de ocasião, abdicando do princípio elementar do atendimento ao interesse público. A paz com o Congresso não pode ser comprada com o alto preço do recurso ao fisiologismo.